

CIDADES POR E PARA MULHERES: UMA PERSPECTIVA DE *DESIGN* FEMINISTA

CITIES BY AND FOR WOMAN: A FEMINIST DESIGN PERSPECTIVE

Giulia Locatelli^{1*}
Karine Freire²

* Autor para correspondência: giulialocatelliesilva@gmail.com

Resumo: Este estudo constitui o recorte de uma pesquisa de mestrado concluída em 2023. Ele apresenta uma reflexão teórico-crítica, por meio de uma revisão bibliográfica, a respeito da perspectiva predominantemente patriarcal presente no planejamento e nas dinâmicas sociais das cidades. Com base nessa constatação, tem-se como objetivo sustentar a hipótese de que o *design* pode vir a atuar como o articulador de uma cidade desenvolvida por e para mulheres, desde que adotada uma mudança de paradigma nessas áreas por meio do feminismo. Assim, propõem-se caminhos para promover uma abordagem mais inclusiva e sensível ao gênero no *design* e no planejamento urbano.

Palavras-chave: cidades; feminismo; *design*.

Abstract: This study constitutes a segment of a master's research completed in 2023. It presents a theoretical-critical reflection, through a literature review, regarding the predominantly patriarchal perspective present in the planning and social dynamics of cities. From this observation, its aim is to support the hypothesis that design could act as a facilitator of a city developed by and for women, provided a paradigm shift in these areas through feminism is adopted. Thus, pathways are proposed to promote a more inclusive and gender-sensitive approach in urban design and planning.

Keywords: cities; feminism; design.

INTRODUÇÃO

Há séculos a organização da sociedade está configurada de modo que os sujeitos homens são sempre privilegiados, característica daquilo que se sustenta no regime patriarcal.

¹ Programa de Pós-Graduação em Design (PPG Design) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) – Porto Alegre (RS), Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Design (PPG Design) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

O patriarcado “representa a estrutura que organiza a sociedade, favorecendo uns e obrigando outros a se submeterem ao grande favorecido que ele é, sob pena de violência e morte” (Tiburi, 2018, p. 59). Esse sistema tem sua principal ocupação em fazer o exercício de poder sobre todos os corpos, em especial os das mulheres.

As cidades, compreendidas como o espaço onde a vida em sociedade se desenvolve e se estrutura, foram construídas nesse paradigma, no qual homens ocupavam o espaço público e mulheres se restringiam ao espaço doméstico. As cidades revelam e materializam essas impressões em sua configuração física e nas dinâmicas sociais (Rolnik, 1988; Darke, 1996), evidenciando e acentuando, de forma concreta, as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres.

Diante dessa realidade, este estudo propõe uma reflexão teórico-crítica acerca da necessidade de repensar o planejamento urbano, levando em consideração as experiências e perspectivas das mulheres. Conceber e visualizar um futuro alternativo à realidade atual representa um desafio de grande complexidade no contexto social. Abordar essa questão requer uma estratégia compartilhada capaz de provocar mudanças efetivas. Propõe-se um *design* feminista como uma abordagem capaz de promover transformações significativas nesse contexto, por meio do diálogo, da participação coletiva e da abertura para lidar com as questões do mundo contemporâneo. Portanto, o objetivo central é apresentar, mediante uma reflexão teórico-crítica, a hipótese de que o *design*, quando operado sob uma epistemologia feminista, pode atuar como articulador de uma cidade desenvolvida por e para mulheres. Acredita-se que o protagonismo das mulheres no pensamento projetual para o espaço público, com base nessa epistemologia, é capaz de levar a projetos inclusivos e seguros para toda a população.

É importante reconhecer que a perspectiva adotada leva em consideração o fato de que não é possível homogeneizar as experiências das mulheres nas cidades, nem mesmo a opressão exercida pelo patriarcado, que afeta também outros indivíduos (como a comunidade LGBTQIAP+, as pessoas pretas, os povos originários, as crianças e os idosos). Reconhece-se, contudo, que a opressão sexista, conforme observado por bell hooks (2019), é a base primordial de todas as outras formas de opressão e dominação. Portanto, ao abordar especificamente a experiência de mulheres diversas, entende-se que, sob essa perspectiva, é possível abarcar as outras mencionadas, mesmo que implicitamente.

Cabe enfatizar também que este trabalho, sensível às relações de poder, gênero e território, visa contribuir com dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU: o 5, relacionado à igualdade entre gêneros e ao empoderamento das mulheres, e o 11, que busca tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, resilientes, seguras e sustentáveis. Deste último, destaca-se a meta 11.7, que objetiva proporcionar, até 2030, o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres, crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência (ONU, 2022).

CIDADES: UMA CONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO

O patriarcado e suas ramificações, bem como toda a ação da sociedade, ocorrem, em sua maioria, no contexto e cenário das cidades. Por cidade se entende o espaço geográfico onde ocorrem as atividades sociais, econômicas e culturais, o *locus* em que essas relações se desenrolam. Embora definir o conceito de cidade seja um desafio complexo e sujeito a múltiplas interpretações, adota-se aqui a perspectiva de Raquel Rolnik (1988), que as enxerga como uma construção coletiva em um espaço delimitado, resultante do imaginário e trabalho colaborativo da sociedade, caracterizado pela vida social organizada, gestão coletiva e atividade política.

No contexto brasileiro, o desenvolvimento e a construção das cidades foram marcados pela desigualdade e exclusão territorial, intensificadas pela globalização (Maricato, 2013). O processo

de urbanização acarretou um crescimento acelerado das cidades com pouco planejamento, resultando em desigualdades econômicas, sociais e de gênero, com consequências visíveis e presentes até os dias atuais (Pinho; Jares, 2018). Mulheres, historicamente ligadas ao trabalho rural e doméstico, foram marginalizadas na tomada de decisões urbanas, com os espaços públicos sendo dominados pelos homens, efeito de uma organização social essencialmente patriarcal (Pinho; Jares, 2018). Embora seja perceptível que alguns avanços no planejamento urbano tenham ocorrido desde então, as cidades continuam a refletir e perpetuar o patriarcado, enfrentando desafios semelhantes àqueles existentes quando não havia planejamento algum.

Arquitetas, urbanistas e geógrafas feministas, como Raquel Rolnik (1988) e Jane Darke (1996), concordam que as cidades refletem as vivências estabelecidas dentro destas, tanto em sua estrutura física quanto em suas dinâmicas sociais. Considerando que as cidades são predominantemente construídas e lideradas por homens, elas tendem a refletir apenas as experiências e atender às necessidades desse grupo, excluindo qualquer outra forma de existência que não se encaixe nos padrões estabelecidos pelo patriarcado. Elas são moldadas para privilegiar homens brancos, cisgênero, heterossexuais e com alto poder aquisitivo, representantes da mais alta classe do patriarcado, perpetuando a opressão e a exclusão de outros grupos. Quanto a isso, é essencial destacar que, ao excluir indivíduos ou restringi-los de desfrutar plenamente dos espaços públicos em que residem, lhes é negada a oportunidade de usufruir da liberdade que a cidade deveria proporcionar. Nesse sentido, Manuela D'Ávila (2021) salienta a importância de debater a cidade como um espaço onde a opressão de gênero e outras formas de opressão são prevalentes, para que se possa vislumbrar um futuro em que as mulheres vivam com dignidade, tendo as “janelas abertas para a cidade” (D'Ávila, 2021, p. 14).

Havendo o entendimento de que as experiências vividas por homens e mulheres no contexto das cidades são distintas e que as mulheres ainda enfrentam e sofrem com uma série de barreiras (físicas, sociais, econômicas e simbólicas) que as impedem de vivenciar o espaço urbano plenamente, é fundamental destacar alguns dos numerosos exemplos de exclusão delas no planejamento das cidades. Isso inclui os locais públicos, como praças e parques, que não levam em conta sua segurança, além de ruas mal iluminadas e os transportes públicos lotados, que dão espaço para situações de assédio sexual, reforçando o domínio masculino sobre seus corpos. Tais condições se somam à falta de segurança e à inadequação dos trajetos e construções, dificultando as múltiplas jornadas de trabalho das mães, estudantes e trabalhadoras brasileiras, cujo deslocamento difere substancialmente do dos homens, por conta das diferentes atividades profissionais e de cuidado que elas realizam, seja com filhos, seja com pais ou com outras responsabilidades que lhes são atribuídas (Felix; Sito, 2021). Os exemplos mencionados revelam como as perspectivas dos projetistas, majoritariamente homens, moldam a infraestrutura urbana, perpetuando uma visão que prioriza os interesses masculinos e restringe o acesso das mulheres a espaços diversos (Kern, 2019).

Diante do panorama apresentado, faz-se essencial repensar os mecanismos sociais existentes para dismantelar as estruturas machistas e patriarcais que regem a sociedade e as cidades. Identificada essa necessidade, torna-se crucial explorar estratégias, metodologias e ferramentas que promovam uma revisão dos fundamentos empregados no planejamento e desenvolvimento urbano. Essa revisão visa conceber novas abordagens que possibilitem uma transformação significativa da atual dinâmica. Logo, a inclusão das mulheres nos processos decisórios e a redefinição dos fundamentos do planejamento urbano emergem como passos essenciais nesse processo. Diante disso, o *design* feminista é apresentado como uma abordagem projetual que pode ser efetiva, quando se trata de pensar o desenvolvimento urbano sob outra perspectiva, buscando criar cidades que atendam às necessidades e experiências das mulheres de forma mais inclusiva e equitativa.

PERSPECTIVAS OUTRAS: PARA AS CIDADES E PARA O DESIGN

Com as inúmeras mudanças e novas demandas que surgiram na sociedade recentemente, as responsabilidades e expectativas em relação aos profissionais de *design* também vêm se transformando. O campo precisou reavaliar suas funções, metodologias e oportunidades, desenvolvendo novas formas de atuação. O profissional em *design*, que antes se dedicava exclusivamente à indústria, concentrando-se em inovações técnicas e no desenvolvimento de produtos e projetos gráficos, agora precisa adotar novas formas de pensar, projetar e se posicionar. Se antes sua atuação se restringia ao campo de produto, gráfico e moda, atualmente ele também se envolve na criação de novos significados e projetos voltados para a melhoria da qualidade social, estabelecendo diálogos contínuos com diversos atores e buscando contribuir para o bem coletivo (Freire, 2017).

Este estudo considera as cidades como espaços dinâmicos, repletos de diversos atores que interagem e se influenciam mutuamente. Nesse contexto, o *design* é uma ferramenta valiosa para explorar novas abordagens e compreender melhor as dinâmicas construtivas, as relações sociais e as hierarquias que surgem. Ele é compreendido como um agente importante para promover transformações, especialmente ao reconhecer a necessidade de incluir e dar voz a diferentes atores, como as mulheres, frequentemente excluídas de processos projetuais dominados por homens. Embora o *design* favoreça o diálogo, a maioria dos profissionais que representam a área possui um perfil homogêneo, com predominância de homens brancos, cisgênero, heterossexuais e do norte global. Essa falta de diversidade limita a efetiva inclusão de gênero em suas propostas. Assim, é fundamental investigar a perspectiva das mulheres no contexto de atuação do *design* no desenvolvimento urbano, garantindo que o planejamento não reproduza as desigualdades sociais atuais.

É no processo de entendimento das estruturas da sociedade e do desenvolvimento das cidades enquanto uma construção machista, a qual segue presa às amarras patriarcais, que surge a compreensão do feminismo como um possível agente de transformação desse sistema social em que se vive, do seu palco de atuação (as cidades) e do próprio *design*. O feminismo é abordado, nesse contexto, como um campo de conhecimento cujo objetivo é construir perspectivas outras de futuro e de sociedade, desafiando as estruturas dominantes e rompendo com os modelos projetuais vigentes. Dessa forma, ele é interpretado enquanto uma epistemologia, um modo de produção de conhecimento que exalta nas suas produções as perspectivas de grupos oprimidos e excluídos, como as mulheres (Willians, 2016). De acordo com bell hooks (2019), “o feminismo luta para acabar com a opressão sexista” (p. 56) e assim é capaz de “chamar a atenção para as diversas realidades sociais e políticas da mulher” (p. 58), tendo como foco a experiência de todas as mulheres, mas em especial aquelas cujas condições estão menos presentes em estudos e nas práticas dos movimentos políticos.

No âmbito das cidades, a discussão sobre o feminismo e sua relação remonta a séculos atrás. No século XV, a escritora francesa Christine de Pizan (1364-1430) já abordava esse tema, sendo reconhecida como uma das pioneiras do movimento feminista. Defendendo os direitos das mulheres, ela lutou pela igualdade de educação entre homens e mulheres perante a lei (Moreira Alves; Pitanguy, 2022). Em seu livro *A cidade das mulheres*, ela expressou sua indignação com a disparidade na educação entre meninas e meninos, imaginando uma cidade onde as mulheres poderiam viver sem medo de ataques ou difamações vindas dos homens (Moreira Alves; Pitanguy, 2022, p. 43).

Nos dias de hoje, os movimentos que acontecem nesse sentido estão ligados a mudanças no planejamento urbano das cidades. Há uma infinidade de ações e transformações possíveis e necessárias, muitas das quais visam, principalmente, proporcionar maior segurança para as mulheres. Isso inclui iniciativas como a criação de espaços públicos mais seguros e bem iluminados, o desenvolvimento de transporte público acessível, o planejamento de

uma mobilidade urbana que considere as necessidades das mulheres, a manutenção de calçadas amplas e limpas, entre outras medidas (Kern, 2019). Muitas dessas propostas já foram implementadas em diversos lugares, resultando em melhorias significativas na vida cotidiana das mulheres. Compreende-se, no entanto, que essa questão vai além do âmbito prático do planejamento urbano, envolvendo também estruturas sociais e culturais que não podem ser modificadas apenas por intervenções físicas. Nesse sentido, Berner e Melino (2016, p. 1.873) ressaltam que

[...] falar sobre mulheres e a teoria e prática do planejamento é mais do que apenas falar de como as mulheres não [estão] contempladas nessas estratégias, trata-se de questionar que forma de conhecimento é tida como válida, ou seja, a partir de quais paradigmas o planejamento urbano vem sendo pensado, teorizado e praticado. As epistemologias feministas vêm sendo construídas para demonstrar que esse conhecimento não tem nada de geral, universal e abstrato. O que se propõe é uma mudança total de perspectiva.

No livro *Cidade feminista*, Leslie Kern (2019) não apenas aborda as ações de planejamento urbano, mas também ressalta que uma cidade melhor para as mulheres não depende exclusivamente de projetos urbanos para se concretizar. Ela argumenta que é necessário explorar novas possibilidades diante do contexto atual, buscando continuamente formas de viver de maneira diferente. Kern destaca que, como as experiências das mulheres são moldadas por uma sociedade patriarcal, simplesmente suavizar essas experiências por meio do *design* para o território não desafia efetivamente o patriarcado em si.

Com essa constatação, retoma-se o entendimento acerca da necessidade de adotar novas condutas e perspectivas no campo do próprio *design*. A incorporação do feminismo como uma base para o desenvolvimento do conhecimento em *design*, assim como no desenvolvimento das cidades, tem como objetivo discutir a falta de diversidade e representação das mulheres nesse contexto, buscando formas de projetar que questionem e desafiem os estereótipos prevalentes, frequentemente reproduzidos pelo campo. Além disso, visa promover a criação de projetos centrados na construção de relações sociais mais justas.

Tratando da atuação do *design* nas cidades sob esse viés, Manzini (2017) reforça a ideia de que as dinâmicas de uma cidade são construídas pelas histórias pessoais e coletivas de seus habitantes e que é crucial dar voz e visibilidade às perspectivas negligenciadas. Para tal fim, é necessária a utilização de ferramentas e metodologias específicas para promover projetos participativos e inovadores nas cidades. A adoção do *design* para essa realização envolve uma ação projetual voltada para o desenvolvimento de novos modos de abordagem das cidades. Isso significa utilizar novas perspectivas e paradigmas, como o feminismo, tal qual uma lente de análise, o que requer uma mudança cultural que busque amplificar as vozes das mulheres nesses contextos. De acordo com Meroni (2008), o *design* tem o potencial de contribuir nesse sentido, promovendo diálogos e construindo visões de futuros possíveis, além de desenvolver estratégias para torná-los realidade. Isso implica adotar uma abordagem projetual fundamentada no feminismo e em uma visão de futuro decorrente disso.

PRINCÍPIOS FEMINISTAS DE *DESIGN* PARA CIDADES

Fundando-se no que se interpretou e compreendeu acerca do feminismo e suas características, entende-se que as práticas de *design* articuladas sob uma epistemologia feminista no contexto das cidades (e em outros também) devem englobar ações que tenham como base os seguintes princípios:

1. Colocar em primeiro plano as vozes dos grupos marginalizados pelo patriarcado: é preciso enfatizar a importância de escutar e valorizar as experiências e perspectivas de grupos que historicamente foram excluídos, negligenciados e ignorados. Não se trata de apenas incluir essas vozes nas etapas de pesquisa, mas também garantir que elas sejam escutadas nas decisões projetuais. Nas cidades, isso implica priorizar as vozes de mulheres, pessoas LGBTQIAP+, pessoas pretas e pardas e povos originários. Esse processo pode ocorrer por meio de audiências públicas, oficinas participativas e plataformas digitais, incentivando a expressão das necessidades e desejos desses grupos, de modo a garantir que suas perspectivas moldem os projetos desenvolvidos;

2. Estimular, nos projetos, a escuta, o diálogo e a participação ativa dessas pessoas: diretamente conectado ao princípio anterior, para que essas vozes estejam presentes no desenvolvimento de projetos, é necessário que sejam criados espaços verdadeiramente seguros em que se possam expressar as opiniões e experiências sem receio ou medo de julgamento. A facilitação de *workshops*, grupos focais e outras formas de interação ajuda a construir uma compreensão mais profunda das necessidades e desejos dos grupos marginalizados. A participação ativa também promove um senso de pertencimento e empoderamento, que é crucial para o sucesso dos projetos;

3. Evitar a estereotipação e as suposições: o *design* deve ser informado por dados reais e experiências vividas, não por generalizações. Isso requer uma abordagem crítica que reconheça a diversidade dentro de cada grupo. Práticas projetuais que evitam estereótipos são mais prováveis de serem inclusivas e relevantes para realidades complexas. Evitar suposições refere-se a conduzir processos que revelem as experiências reais e de diferentes grupos, evitando o desenvolvimento de soluções meramente reativas ou genéricas;

4. Questionar as estruturas dominantes: envolve um olhar crítico sobre as normas e práticas estabelecidas que perpetuam desigualdades. A operação de *design* sob um viés feminista deve desafiar as hierarquias de poder e os padrões que marginalizam vozes específicas. Isso inclui uma análise do que existe e reforça esses sistemas opressivos, seguido da busca por alternativas que andem para um caminho oposto. Portanto, é preciso pensar em quem se beneficia dos resultados dos projetos realizados e como as decisões impactam diferentes pessoas;

5. Enfatizar as interseccionalidades e as perspectivas dessas pessoas: significa começar reconhecendo que as identidades das pessoas não são únicas, mas sim sobrepostas. A exemplo disso, temos a experiência de uma mulher preta e de uma mulher branca no contexto das cidades. Apesar de ambas serem mulheres, elas têm vivências possivelmente bastante distintas, o que deve ser considerado nos processos de *design*. Ao levar em consideração as interseccionalidades, o *design* pode abordar as complexidades das experiências vividas e criar soluções que sejam mais adequadas para um espectro amplo de pessoas, o que demanda uma investigação cuidadosa acerca das interações entre raça, gênero, classe, idade, orientação sexual e outras identidades.

Logo, toda e qualquer ação projetual de *design* desenvolvida com base nesse ideal epistêmico deve visar romper, estrategicamente, com o *status* patriarcal dominante em seus projetos, lidar e buscar desconstruir as opressões vividas pelas mulheres, trabalhar pela diversidade de corpos, fontes e ferramentas, gerar dissensos e operar suas propostas com o objetivo de desenvolver novas possibilidades de organização social. O quadro 1 a seguir resume, sinteticamente, essas ações.

Quadro 1 – Princípios de *design* sob uma epistemologia feminista

Colocar em primeiro plano as vozes dos grupos marginalizados pelo patriarcado;
Estimular a escuta, o diálogo e a participação ativa dessas pessoas nos projetos;
Evitar a estereotipação e as suposições;
Questionar as estruturas dominantes;
Enfatizar as interseccionalidades e as perspectivas dessas pessoas.

Fonte: Primária (2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das possíveis contribuições do *design* para o desenvolvimento de cidades centradas na experiência das mulheres realizada no presente estudo revelou lacunas significativas na relação entre esses dois campos. Embora se reconheça o potencial do *design* para o desenvolvimento e a transformação do ambiente urbano como um todo, é possível dizer que há uma carência de referências teóricas, críticas e práticas específicas que versem sobre as perspectivas adotadas nos processos de projeção. Assim, recorreu-se ao feminismo como meio de sensibilização e paradigma de ação para ambas as áreas, especialmente quando trabalhadas em união, tanto na operacionalização do *design* quanto na concepção de projetos para as cidades. A articulação da epistemologia feminista no *design* e nas cidades propõe uma abordagem mais inclusiva e sensível às diversas experiências e necessidades das mulheres e de outros grupos marginalizados. Isso implica repensar as perspectivas e referências adotadas no processo projetual, descentralizando visões tradicionalmente dominantes e adotando atitudes que reflitam uma abordagem feminista e crítica em seus processos de desenvolvimento projetual.

No que diz respeito à prática do discurso feminista nesse contexto e ao avanço das constatações feitas até o momento, é fundamental que haja o aprofundamento de pesquisas que reflitam sobre essas questões, tendo como objetivo imaginar e apresentar formas pelas quais o discurso feminista seja colocado em prática, por meio do *design*, no desenvolvimento de cidades por e para mulheres. Desse modo, o que aqui se apresenta não deve ser considerado finalizado, mas em desenvolvimento. Cabe reforçar que o presente trabalho se constitui enquanto o recorte de uma dissertação de mestrado (do ano de 2023). Portanto, pesquisas que tragam uma perspectiva mais aprofundada acerca dessa temática já vêm sendo desenvolvidas e discutidas.

AGRADECIMENTOS

Karine de Mello Freire conta com o apoio da bolsa Pós-Doutorado Sênior da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj, processo SEI-260003/016639/2023).

REFERÊNCIAS

BENTZ, Ione; FRANZATO, Carlo. O metaprojeto nos níveis de *design*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 12., 4 a 7 out., 2016. **Anais** [...]. São Paulo: Blucher Design Proceedings, 2016. p. 1.416-1.428.

BERNER, Vanessa de Oliveira Batista; MELINO, Heloisa. Perspectivas feministas e movimentos sociais: uma abordagem fundamental para o planejamento urbano. **Revista Direito da Cidade**, v. 8, n. 4, p. 1.868-1.892, 2016.

CELASCHI, Flaviano. Dentro al progetto: appunti di merceologia contemporanea. In: CELASCHI, Flaviano; DESERTI, Alessandro. **Design e innovazione: strumenti e pratiche per la ricerca applicata**. Roma: Carocci Editore, 2007. p. 15-56.

DARKE, Jane. The man-shaped city. In: BOOTH, Chris; DARKE, Jane; YEANDLE, Susan. **Changing places: woman's lives in the city**. 1. ed. Londres: P. Chapman, 1996. p. 88.

D'ÁVILA, Manuela. E se a cidade fosse nossa? In: FELIX, Mariana; SITO, Laura. **E se as cidades fossem pensadas por mulheres?** 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 13-15.

DESERTI, Alessandro. Intorno al progetto: concretizzare l'innovazione. In: CELASCHI, Flaviano; DESERTI, Alessandro. **Design e innovazione: strumenti e pratiche per la ricerca applicata**. Roma: Carocci Editore, 2007. p. 57-121.

FELIX, Mariana; SITO, Laura. **E se as cidades fossem pensadas por mulheres?** 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2021.

FREIRE, Karine. Inovação social dirigida pelo *design*. In: GAUDIO, Chiara Del. **Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2017.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KERN, Leslie. **Cidade feminista**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

KRUCKEN, Lia. **Design e território: valorização de identidades e produtos locais**. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

MANZINI, Ezio. **Design: Quando todos fazem design**. Uma introdução ao *design* para inovação social. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MAURI, Francesco. **Progettare progettando strategia**. Milão: Masson S.p.A, 1996.

MERONI, Ana. Strategic design: where are we now? Reflection around the foundations of a recent discipline. **Strategic Design Research Journal**, v. 1, n. 1, 2008.

MOREIRA ALVES, Branca; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil: memórias de quem faz acontecer**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: ONU, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: out. 2024.

PINHO, Carolina; JARES, Jade Silva. As vivências de gênero na cidade pela ótica da arte urbana. **Laboratório da Cidade**. Belém: LdC, 2018. Disponível em: <https://laboratoriodacidade.org/as-vivencias-de-genero-na-cidade-pela-otica-da-arte-urbana/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VERGANTI, Roberto. **Design driven innovation**: changing the rules of competition by radically innovating what things mean. 1. ed. Brighton: Harvard Business School Press, 2009.

WILLIANS, Priscila. Epistemologia e feminismo. **Revista Três Pontos**, v. 13, n. 1, p. 5-11, 2016.

Registro de contribuição de autoria:

Taxonomia CRediT (<http://credit.niso.org>)

Declaração de conflito: nada foi declarado.